



FORMAÇÃO
PELA ESCOLA

Competências Básicas



Unidade I

Políticas Públicas na área social

Objetivos

- **Definir sociedade, Estado e políticas públicas;**
- **Compreender o sentido das políticas públicas no campo social.**



Sociedade

...“agrupamento” de pessoas que se organizam a partir de objetivos, valores e normas comuns e se relacionam para produzir seus meios e condições de vida, num processo dinâmico, em continua transformação.



Sociedade

“Organização dinâmica, construída pelos homens em relações entre si e com a natureza, em determinados” espaços e tempos histórico.

Sociedade Brasileira

- Economia capitalista
- Governo democrático e presidencialista



*

,

0 sob a tutela do Estado



Estado →

Conjunto de instituições permanentes, responsáveis pela “ordem” na sociedade e pelo “bem comum” dos cidadãos.



- O Poder Legislativo (Congresso Nacional, elabora leis)
- O Poder Executivo (Governo, executa as leis e administra os negócios públicos)
- O Poder Judiciário (Tribunais, para julgar e aplicar leis a casos particulares, assegurando seu cumprimento)
- As Forças Armadas e a polícia (para impor o cumprimento das leis)



Governo



Direção política,
econômica e social
do Estado



O governo é responsável pelo planejamento e condução das políticas públicas e do conjunto de programas e ações durante certo período.

Tem projeto político que foi discutido e negociado com representantes de diferentes setores (empresários, sindicalistas, associações, produtores, entre outros) e partidos políticos que o apoiaram durante a campanha eleitoral e o apóiam na execução destas ações. ➡ Este projeto representa os interesses de grupos particulares, e influenciam na forma de organizar a sociedade e conduzir a vida econômica.



Lembrem-se

O Estado permanece, pois é constituído por instituições que são estáveis, o que muda periodicamente é o governo, e com ele, as formas de conduzir a política e a economia do país.



O que é Público?

- “o que é de interesse comum,
- o que é de todos,
- o que é de propriedade do Estado.



Por quê são chamadas
de políticas “públicas”?

Porque devem atingir todo o
público, a todas as camadas da
população indistintamente.



O que são Políticas Públicas?

- As atividades de um governo;
- Medidas tomadas pela sociedade política para realizar um projeto de sociedade;
- As intenções que dirigem as ações de um governo na busca de soluções a problemas públicos e de atendimento ao solicitado por grupos específicos desta sociedade

É tudo o que o governo decide fazer, faz ou deixa de fazer em relação às necessidades dos cidadãos.



O que são Políticas Públicas Sociais?

Programas e ações voltadas para setores específicos da sociedade que se encontram em situação de grande desigualdade e não possuem um padrão de vida digno de um ser humano.

Proprietários
dos meios de
produção



Proprietários
da força de
trabalho



Quais são as funções das Políticas Públicas Sociais?

Função redistributiva

- Distribuição de parte do que é produzido pela sociedade aos menos favorecidos; (IR; Lei de renda mínima como direito básico de cidadania)
- Significa retirar recursos financeiros para atender ao conjunto dos cidadãos mais necessitados.



Função Compensatória

- Programas emergenciais para atender a grupos sociais específicos (desempregados, índios, negros, excluídos...)
- Ex.: Salário desemprego, garantia de vaga em escolas para índios, Bolsa Família



Qual a finalidade central das políticas públicas sociais?

Garantir aos cidadãos direitos que lhes foram negados anteriormente

Ministérios que contemplam em suas ações políticas públicas sociais?

- educação
- Saúde
- previdência social
- habitação e saneamento



Unidade II

Políticas para a Educação Básica

Objetivos

- Definir globalização e neoliberalismo;
- Conhecer as atuais políticas educacionais no Brasil.



O que é Globalização?

Significa que os países estão se tornando cada vez mais interligados na economia, no comércio, nas finanças e na cultura. Implica uniformização de padrões econômicos e culturais. É um processo que ocorre nos mais diferentes campos da nossa vida.



Globalização

- Atinge os países de forma diferente, pois as trocas como relações comerciais e culturais são desiguais;
- Fortalecida pelas tecnologias de informação e comunicação (acontecimentos em tempo real);
- A base é o poder econômico que centra seu gerenciamento na utilização eficaz de recursos humanos e financeiros – desemprego.



Conhecendo sobre Neoliberalismo...

**O neoliberalismo defende a não
intervenção do Estado :**

- na condução da economia,
- nas relações patrão-empregado
- na oferta de serviços à sociedade,
- entre outros.



Neoliberalismo

- Na economia, o elemento regulador entre os indivíduos, entre compradores e vendedores é o **mercado**,
- cabe ao Estado o papel de juiz, que julga e pune quem transgride as regras.
- Dá liberdade à iniciativa privada para oferecer serviços “sociais”, pagos diretamente pelo consumidor;
- Passam a ser palavras de ordem para a formulação de políticas públicas sociais: **redução e privatização** de empresas estatais.



Por quê o neoliberalismo defende o *Estado Mínimo*?

- Visa reduzir os gastos públicos, diminuindo a participação financeira no fornecimento de serviços do Estado;
- Visa combater o déficit fiscal, possibilitando a redução de impostos e a conseqüente elevação dos índices de investimento privado;
- Alega que, com isto, a economia volta a crescer, gerando novos empregos, aumentando a renda do trabalhador e tornando os serviços públicos de assistência social desnecessários.



Que Legislação que dá suporte ao governo para definir as Políticas Públicas Educacionais?

- Constituição Federal - 1988
- LDB - 1996
- PCNs – 1997
- PNE – 2001-2010
- FUNDEB
- SAEB
- PPA 2008-2011
- PDE – 2007-2022



Ações que refletem a direção das PPE

- Livro didático
- PDDE
- Transporte Escolar
- Aceleração da Aprendizagem
- Informatização das Escolas Públicas
- Alimentação Escolar
- Escola Aberta
- Formação pela Escola



Neoliberalismo e a Reforma Educacional

- Inicia no Brasil em 1990 e trata da implementação de políticas educacionais que orientam as escolas na oferta de seus serviços educacionais, com controle e avaliação da qualidade dos serviços prestados.



A Reforma Educacional

Palavras de ordem

Descentralização, autonomia,
gestão democrática, participação,
qualidade, qualificação, valorização
do magistério, competência,
equidade, etc.



A Reforma Educacional

Aspectos Positivos

- Expansão da matrícula em 37% no Ensino Médio, de 1994 a 1998;
- Crescimento de 35% no nº de concluintes do Ensino Fundamental, no mesmo período;
- 97,2% das cças de 7 a 14 anos estavam matriculadas, em 2003, – acesso *quase* universalizado;
- Queda na taxa de analfabetismo:
1996 – 14,7%; 2000 – 13,6%;
2004 – 11,4% e 2008 – 9,8%



A Reforma Educacional

Aspectos Positivos

Introdução

- da Gestão Democrática e de Conselhos Escolares;
- Elaboração do Projeto Político Pedagógico;
- Adequação do currículo
- Adequação do calendário



A Reforma Educacional

Aspectos positivos

- Melhoria na qualificação dos profissionais da educação
 - ProFormação – magistério
 - ProLicenciatura – licenciatura a distância
 - Expansão do ensino privado na modalidade á distância
- * Em SC - Magister
 - UAB-Universidade Aberta do Brasil- 2010-300.000 vagas/Brasil.



A Reforma Educacional

Aspectos Negativos

- Baixa na qualidade do ensino oferecido (SAEB aponta baixa no aprendizado entre 1995 e 2001 e disparidades significativas entre Estados e origem social e econômica dos alunos);
- Descentralização apenas da execução de propostas curriculares, programas e ações;
- Pouca valorização do profissional da educação (salários baixos, infra-estrutura deficiente);
- Recursos financeiros insuficientes para prover educação de qualidade e quantidade necessária.



Atenção!!!

- Democracia e descentralização são pilares para o processo de construção da cidadania;
- A democracia é real e efetiva quando os cidadãos participam das decisões que dizem respeito a sua vida pessoal e coletiva.
- Municipalização exige gestão democrática, onde prefeitura e comunidade são corresponsáveis pela prestação de serviços de qualidade, com população organizada, que participa ativamente da ação do poder público local.



Unidade III

Financiamento da Educação Básica

Objetivos

- Identificar a legislação que garante recursos financeiros para a educação e o montante definido por estas leis;
- Explicar o que é o FUNDEB e definir a sua função.



Problematizando

- Você sabe quanto seu município tem à disposição para aplicar na educação?
- Sabe de onde vêm e como são arrecadados e contabilizados?
- Será que estes recursos são suficientes para oferecer educação de qualidade?



Constituição Federal de 1988

- No Art 212, estabelece que a União aplicará na educação, anualmente nunca menos de 18% e os Estados e Municípios, 25% no mínimo, da renda resultante de determinados impostos.
- Isto dá uma média de 3,8% do Produto Interno Bruto do País aplicado na educação pública.



Produto Interno Bruto Brasileiro

Ano	Valor em R\$ - trilhão	aumento
2004	1,800	-----
2005	2,147	347
2006	2,322	175
2007	2,588	266
2008	2,889	301



Novidades da CF/88 e da LDB/96

- 1) vinculação dos recursos a determinados impostos;(CF)
- 2) o repasse dos recursos vinculados a conta específica para a educação;(LDB)
- 3) Definição de um “mínimo” a ser aplicado no ensino.(CF)
 - Impostos Federais: 18%
 - Impostos Estaduais 25%
 - Impostos municipais 25%



Impostos Federais

IR – Imposto de Renda

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

ITR – Imposto Territorial Rural

IOF – Imposto sobre Operações Financeiras e sobre o Ouro

II – Imposto Importação

IE – Imposto Exportação

Contribuições Sociais a União:

- Salário Educação
- Fundo de Amparo ao Trabalhador
- Contrib para o Financ da Seguridade Social (COFINS)



Impostos Estaduais

FPE – Fundo de participação dos Estados;

IPI – Imposto sobre produtos industrializados
proporcional às exportações;

IOF – Imposto sobre Operações Financeiras e
o Ouro;

ICMS – Imposto sobre Circulação de
Mercadorias e Prestação de Serviços;

IPVA – Imposto sobre propriedade de veículos
automotores

ITCMD – Imposto[†] sobre transmissão causa
mortis e doações

Salário Educação (quota 2/3)



Impostos Municipais

- FPM – Fundo de Participação dos Municípios;
- IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados;
- ITR – Imposto Territorial Rural;
- IOF – Imposto sobre operações financeiras e Ouro
- ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços;
- IPVA – Imposto sobre propriedade de veículos automotores
- IPTU – Imposto Predial territorial Urbano;
- ITBI – Imposto Transmissão de Bens Imóveis
- ISS – Imposto sobre Serviços
- Participação na cota Estadual do Salário Educação



Como o governo arrecada impostos?

- IPI sobre um televisor no valor de R\$ 300,00 (16%)
 - R\$ 36,00 – a fábrica recolheu

União: 56%
R\$ 20,16

Estado: 21,5%
R\$ 7,74

Município: 22,5%
R\$ 8,10

União
18%
R\$ 3,63

Estado
25%
R\$ 1,93

Município
25%
R\$ 2,02



- ICMS sobre um televisor no valor de venda de R\$ 500,00

- R\$ 85,00 – a loja recolhe (17%)

Estado: 75%

R\$ 63,75

Município: 25%

R\$ 21,25

Estado

25%

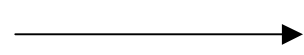
R\$ 15,94

Município

25%

R\$ 5,31

R\$ 121,00



Educação

R\$ 21.25 + R\$ 7.57 = R\$ 28.82



Outras arrecadações

1 - Salário Educação

- Contribuição Social no valor de 2,5% sobre a folha de salário dos empregados das empresas – a cargo da empresa
 - 40% cota da União – Programas, projetos e ações voltadas a educação básica pública;
 - 60% são divididos proporcionalmente ao nº de alunos matriculados na Educação Básica e informados no censo escolar, dos estados, DF e municípios.



Dados da arrecadação do Salário Educação

Ano	Arrecadação	Aumento
2003	4.005 bilhões	-----
2004	4.826 bilhões	22,38%
2005	5.906 bilhões	
2006	6.965 bilhões	15%
2007	7.156 bilhões	
2008	8.863 bilhões	
2009	9.685 bilhões	
2010 - 3 meses	3.107 bilhões	



LDB/1996

Art 21 – A organização do Ensino Brasileiro fica dividido em Educação Básica e Educação Superior.

Educação Superior: Cursos seqüenciais, graduação, pós graduação e extensão - federal

Educação Básica: Educação Infantil - municípios

Ensino Fundamental – municípios

Ensino Médio – estados

Art 10 – responsabiliza também o estado pelo Ensino Fundamental.

Art 11, § 5º – delega que o Ensino Fundamental seja compartilhado entre estado e municípios.



FUNDEF/1996-2006

- Fundo de natureza contábil - é uma conta bancária especial onde são creditados, exclusivamente, os recursos do fundo destinado ao financiamento do EF;
- Fundo de âmbito estadual, constituído por 15% dos principais impostos e transferências (FPE, FPM, ICMS, IPI, Lei Kandir 87/96), cujos recursos devem ser distribuídos de maneira automática e equânime (proporcional) entre o estado e o município, de acordo com n° de alunos do EF.



FUNDEB/ 2007-2014

Fundo de financiamento da Educação Básica pública, de natureza contábil e de âmbito estadual, **composto de recursos dos próprios estados e municípios**, complementados pela União, através de ação redistributiva, quando o estado e o município não atingir o valor mínimo nacional por aluno. Em 2010, R\$ 1415,97.

* 27 fundos contábeis estaduais – de acordo com a matrícula informada por cada rede de ensino público.



FUNDEB

(2006 – 2014)

Novidades

- 21 faixas de valores por aluno/ano – valor ponderado
- a partir de 2010, constitui o fundo, 20% dos 25% estabelecidos por lei
- No mínimo 60% destinados a salários professores
- No máximo 40% destinado á despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino.
- 4 anos para exclusão da folha pagamento de inativos e pensionistas – até 2010;
- Aperfeiçoamento das regras de controle e fiscalização dos recursos do fundo.



Valor anual por aluno estimado – SC/2010

www.mec.gov.br

Valor aluno/ano 2010 Nacional - R\$ 1.415,97

Educação Infantil

**Creche
Integral**



1993,82

**Creche
Parcial**



1450,06

**Pré escola
Integral**



2265,70

**Pré escola
Parcial**



1812,56



Ensino Fundamental

Séries Iniciais

Urb

Rural



1812,56

2084,45

Séries Finais

Urb

Rural



1993,82

2175,08

Tempo

Integral



2265,70

Valor aluno/ano 2010 Nacional - R\$ 1.415,97



Ensino Médio

Urbano	Rural	Tempo Integral	Integrado a EdProfissional
2175,08	2265,70	2356,33	2356,33



Outras modalidades

Ed Especial



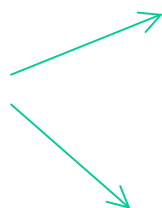
2406,27

Ed Indígena/Quilombola



2406,27

EJA



Avaliação no processo 1450,06

Integrado a Ed Profissional 1812,56



Unidade IV

O Controle Social no âmbito das políticas públicas para a educação

Objetivos

- Definir controle social;
- Descrever o papel dos conselhos no controle social;
- Conhecer os diferentes conselhos no âmbito dos programas do FNDE.



O que quer dizer acompanhamento?...

- Observar a marcha, a evolução de.

O que é controle?

É a fiscalização exercida sobre as atividades de pessoas, órgãos, departamentos, ou sobre produtos, para que tais atividades, não se desviem das normas preestabelecidas.



Social?

Próprio dos participantes de uma sociedade, comunidade ou agremiação.

Então, Controle Social é
a participação da sociedade no acompanhamento e verificação da execução das políticas públicas, avaliando objetivos, processos e resultados.

Exemplo do conselho do sábio ao fazendeiro, pg 68



Gestão Participativa

- Veio com a LDB, em 1996 e pelo PNE, em 2001;
- Se dá através de conselhos, conferências, fóruns, orçamento participativo, plebiscito, iniciativa popular de lei e referendo.

A democracia está sendo construída e transformando seus partícipes em sujeitos conscientes, que lutam por seus direitos legais, tentam ampliá-los, acompanham e controlam socialmente a execução de programas, projetos e ações que concretizam estes direitos



O que é ser cidadão?

- Ser sujeito político capaz de participar, questionar, criticar, reivindicar, participar, apontar soluções, ser militante e engajado.

Paulo Freire



O que é um conselho?

Reunião de cidadãos, sob a presidência de um de seus membros, que deliberam (decidem) sobre questões específicas, relacionadas aos interesses de pessoas ou grupos que eles representam.

E o que são Conselhos Gestores de Políticas Públicas?

Espaços públicos de composição plural e paritária entre Estado e Sociedade Civil, com natureza deliberativa e consultiva (avaliar, julgar, planejar, decidir...) com a função de formular e controlar a execução das políticas públicas.



Principais características destes conselhos?

- Formação plural – sem distinção de pessoas;
- Representação do Estado e da sociedade civil
- Natureza deliberativa – decidir sobre a definição e aplicação dos recursos com controle e fiscalização dos seus membros;
- Natureza consultiva – o assessoramento é dado por pareceres/resoluções, aprovados pelo membros em resposta a questionamentos do governo ou da sociedade;
- Função fiscalizadora – fiscaliza o cumprimento de normas e a legalidade das ações;
- Função mobilizadora – ação de mediação entre governo e a sociedade.



CACS – Conselho de Acompanhamento e Controle Social – FUNDEB e PTE

Representantes do município no município
(por indicação dos representados)

- 2 representantes do poder executivo municipal, sendo 1 da Secretaria Municipal de Educação;
- 1 representante dos professores e 1 representante dos diretores das escolas públicas do EF;
- 2 representantes de pais de alunos;
- 2 representantes dos estudantes da Ed Básica, sendo 1 indicado pela UMES;
- 1 representante do COMED;
- 1 representante do Conselho tutelar



Função

- Acompanhamento e o controle sobre a repartição, a transferência e a aplicação dos recursos do FUNDEB.



Em caso de irregularidades

- 1) Procurar os membros do CACS para alertar formalmente sobre as irregularidades e solicitar correções;
- 2) Se necessário, ir até representantes do poder legislativo para que tomem providências formais para a solução do problema apontado;
- 3) Se necessário, recorra ao Ministério Público e formalize denúncia sobre as irregularidades ocorridas.



CAE – Conselho de Alimentação Escolar

Acompanhamento e assessoramento à entidades executoras do PNAE nas aplicações dos recursos financeiros transferidos pelo governo federal.

Conselho Escolar

(A.P.P., Conselho Deliberativo Escolar e Grêmios Estudantis)



Unidade V

Os programas do FNDE

Objetivos

- Compreender o papel social do FNDE na implementação de políticas públicas para a educação básica;
- Apontar os principais programas do FNDE.



FNDE

- Missão

Prover recursos e executar ações para o desenvolvimento da educação visando garantir educação de qualidade a todos os brasileiros.



Origem das ações e programas do FNDE

- 1) Plano Plurianual – indica e organiza as ações e programas a serem desenvolvidas pelo governo durante um certo período.

Programa é constituído de um conjunto de ações que colaboram para o alcance de um objetivo, mensurado por indicadores, que visam a solução de um problema ou o atendimento de uma necessidade social.

Ação é a execução do programa. Define como fazer e onde fazer a atividade do projeto ou operação especial.



Programas do FNDE

repassse automático

- **PNAE**

Implantado em 1955, visa atender às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, desenvolvimento e aprendizagem e para a formação de hábitos saudáveis.

Caráter suplementar: R\$ 0,30 para EI, EF, EM e EJA
R\$ 0,60 para Ed. Indígena,
Quilombolas e Creches;
R\$ 0,90 para alunos participantes
do Programa Mais Educação.



PLi

Desde 1929, visa prover as escolas com obras didáticas, paradidáticas e dicionários de qualidade.

- PNLD - Distribui livros para todos os alunos do EF; a partir de 2001, atende portadores de deficiência visual que cursam o EF;
- PNLEM – Implantado em 2004, Livros para EM.
- PNBE – Desde 1997, procura incentivar o hábito de leitura e o acesso à cultura, por prof, alunos e comunidade em geral.
- PNBEM – desde 2007, incentiva a formação de acervo para biblioteca do Ensino Médio;
- PNLA – distribuí obras didáticas a entidades parceiras, escolas e alunos de EJA e Bralf



PDDE

- Desde 1995, consiste no repasse de recursos às escolas públicas do EF.
- Destino dos recursos
aquisição de material permanente e de consumo; à manutenção, conservação e pequenos reparos; à capacitação e ao aperfeiçoamento dos profissionais da educação; a avaliação de aprendizagem; à implementação do PPP; ao desenvolvimento de atividades educacionais.



PDDE

- **PDE Escola** - Para escolas com baixo IDEB que aderem ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e planejam a implementação do Plano de Desenvolvimento da Escola
- **Funcionamento das escolas nos finais de semana** - Recursos para atividades recreativas educativas e compra de material, transporte e alimentação do responsável pelas atividades



PDDE

- **Educação Integral** – com oferta de , no mínimo 7 horas diárias de aula e reforço de atividades de aprendizagem, lazer e cultura. Destinado a escolas com alta vulnerabilidade social e selecionados pela SECAD/MEC.
Os recursos são destinados para transporte e alimentação dos monitores e para a compra de Kits e material de consumo para as atividades.



PTE

Desde junho de 2004

- **PNATE:** garantir o acesso e a permanência dos alunos do EF público, residentes em área rural e que utilizam transporte escolar.
Repasse em 9 parcelas, de março a novembro.
- **Caminho da Escola:** Criado em 2007, permite a renovação da frota de veículos para o transporte escolar, através de financiamento aos estados e municípios para aquisição de meios de transporte coletivo, que deverá ser usado exclusivamente para o transporte de alunos que residam na área rural.



BRALF

Desde 2003

- No Brasil temos 65 milhões de pessoas que não completaram o ensino fundamental, sendo que, destes, 33 milhões são analfabetos funcionais; 14,6 milhões são analfabetos com mais de 15 anos.
- Atua por meio de parcerias com Estados, municípios, empresas privadas, universidades, ONGs e instituições civis, potencializando o esforço nacional no combate ao analfabetismo.



BRALF

desde 2003

- Objetiva capacitar alfabetizadores que atendam pessoas com mais de 15 anos, que não tiveram oportunidade de estudar ou foram excluídas da escola antes de aprender a ler e escrever.
- Interessados devem procurar as instituições alfabetizadoras conveniadas com o MEC, na região onde residem.
- Transferência de recursos realizados em 5 parcelas. A quantia relativa à formação de alfabetizadores é transferida em parcela única, junto com a primeira parcela relativa a bolsa.



Escola Aberta

- Visa promover a melhoria da qualidade da educação do país, ampliando a oportunidade de acesso a atividades educativas, culturais, esportivas e de geração de renda por meio do funcionamento de escolas públicas do 6º ao 9º ano e Ensino Médio nos finais de semana.
- Duração de 40 meses



Projetos Educacionais

- Recursos destinados a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Infantil, Educação especial, escolas em áreas quilombolas e indígenas.
- Destina-se tbm a ações educacionais complementares e inovadoras, vinculadas a temas como: aceleração da aprendizagem, educação ambiental, educação do campo, educação especial e outras que promovam a inclusão educacional.



Sistemas Operacionais ou de Controle

- **SISCORT** – Sistema de Controle de Remanejamento e Reserva Técnica
- **SIOPE** – Sistema de Informações sobre orçamentos públicos em educação
- **SIFE** – Sistema de Informações do Programa Formação pela Escola
- **SGB** – Sistema de gestão de Bolsas
- **Sapenet** – Sistema de Assistência a programas e projetos educacionais
- **Simad** – Sistema do material didático